

CONDIÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DE SANEAMENTO BÁSICO NO CONJUNTO SANTA TEREZINHA, BAIRRO NOVO HORIZONTE, LAGARTO (SE): DESAFIOS FRENTE À EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Andréia Reis Fontes¹

Roseli Pereira Nunes Bastos²

Marília Barbosa dos Santos³

Resumo: A maioria das cidades brasileiras não dispõe de um sistema de saneamento básico, caso similar ao município de Lagarto (SE), especialmente do conjunto habitacional Santa Terezinha. Dessa forma, o presente estudo teve como objetivo analisar as condições de saneamento básico local, compreendendo os impactos socioambientais gerados na área. A natureza do estudo foi quantitativa e o levantamento dos dados socioambientais se deu a partir da aplicação de entrevistas semiestruturadas com a população, além de visitas e observação *in loco*. Os resultados apontaram que as condições de saneamento básico locais são precárias, deixando a população à mercê de diversos riscos à saúde, além de outros problemas socioambientais.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Gestão Pública; Impactos Sociais; Meio Ambiente.

¹ Universidade Federal de Sergipe. E-mail: andreia.fontes@hotmail.com

² Universidade Federal de Sergipe. E-mail: roseli.tutoria.ufs@gmail.com

³ Universidade Federal de Sergipe. E-mail: maryliabsantos@hotmail.com

Introdução

A questão que compreende condições ineficientes de saneamento básico é uma discussão recorrente e acentuada, sobretudo, depois da segunda metade do século XX, devido o surgimento de diversas anomalias oriundas da ausência dos serviços básicos, principalmente, nos países em desenvolvimento. A Organização Mundial da Saúde (OMS) (2010) evidencia que há no mundo 1,7 bilhão de pessoas que não detém de condições adequadas de saneamento básico, como o acesso aos serviços de esgotamento sanitário e de água potável, ocasionando doenças de veiculação hídrica, como a diarreia e infecções intestinais.

A Constituição Federal (CF) de 1988 trouxe novas perspectivas para a efetivação das políticas públicas de saneamento básico no Brasil. Considerando-a como direito dos cidadãos e condição básica para o bem estar social, na qual a maior responsabilidade pela consolidação dos serviços é encarregada aos municípios, pois, é considerado serviço público de interesse local. Os artigos 23 e 196 da CF apresentam as diretrizes que compreendem o saneamento e os serviços de saúde, que orientam o desenvolvimento de políticas públicas de saneamento no país (SOUSA; SOUSA; ALVARES, 2015; BRASIL, 1988).

A importância do estudo está atrelada às inúmeras inquietações da população local, que resulta, inclusive, em reclamações voluntárias e informais. Além disso, a proximidade do conjunto habitacional Santa Terezinha, lócus deste estudo, com o Hospital Regional de Lagarto trouxe nova visibilidade ao território, característica que até então não foi acompanhada por uma estrutura que atenda aos serviços básicos, gerando a necessidade de um estudo embasado cientificamente sobre a temática. Dessa forma, a relevância da pesquisa engloba as ações impostas sobre o meio, evidenciando as consequências socioambientais resultantes das condições de saneamento básico, ou à falta destas, às quais o conjunto habitacional está exposto.

Dessa forma, a compreensão do contexto social pode propiciar o fomento de ações que mitiguem os problemas locais e subsidiem projetos mais sustentáveis para a realidade estudada. Logo, a relevância engloba a atuação prática, uma vez que os impactos gerados sobre o meio ambiente, sem planejamento adequado, comprometem a qualidade dos recursos naturais. Cabe salientar que complexidade em volta da temática envolve ideologias, empecilhos, virtudes e contradições, o que requer uma análise aprofundada e uma visão holística para sua compreensão.

Com base nisto, a Educação Ambiental (EA) pode e deve ser vista como fomentadora de práticas ambientais sustentáveis. Tendo em vista as garantias legais estabelecidas pela Constituição Brasileira no que se refere ao direito natural de todos às condições de saneamento básico, enquanto essenciais para a qualidade de vida, faz-se necessário fomentar entre os mais diversos grupos sociais o engajamento para fazer valer tal garantia

constitucional. Para isso, a EA pode e deve ser compreendida enquanto instrumento capaz de propagar informações e viabilizar as práticas, individuais ou coletivas, em torno de interesses comuns que, neste caso em específico, refere-se aos âmbitos ambiental, da saúde, social e econômico, haja vista que a falta de saneamento básico acarreta diferentes mazelas para a comunidade que convive com a situação (TREVISOL, 2003).

Assim, a EA nasce como um mecanismo para o enfrentamento das crises sociais a partir de uma lógica racional, transdisciplinar, e tem sua gênese atrelada a um processo educativo que leva a um saber ambiental pautado nos valores éticos e que sugere a distribuição igualitária da apropriação e da utilização da natureza, o que evidencia seu caráter de responsabilidade com as questões ambientais.

Nessa perspectiva, a EA surge também no viés da política pública, entendida por Sorrentino *et al.* (2005, p.289) como “[...] *um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam a relação de poder e se destina à resolução pacífica de conflitos, assim como a construção e ao aprimoramento do bem comum*”. O seu caráter de cidadania faz com que ganhe atuação política, no sentido de colaborar na formação de uma coletividade com objetivos em comum, tendo em vista que tem o poder de incentivar a organização dos grupos que sofrem com inúmeros processos de exclusão social que repercutem no ambiente.

Cabe a ela o papel de alcançar a autogestão e o fortalecimento de seus interesses na busca por melhorias. Sorrentino *et al.* (2005, p. 287) afirma que “*a urgente transformação social de que trata a educação ambiental visa a superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade*”.

Conforme salienta Reigota (2008, p.62) é “[...] *uma atividade engajada de intervenção social, política, cultural e ecológica*”. Mas para que isso seja possível, a formação de educadores ambientais deve requerer um viés crítico e emancipatório, corroborando para que sua capacidade de desempenhar gestão territorial sustentável e educadora seja atingida, em prol de sociedades mais justas e democráticas.

Dessa forma, a hipótese a ser avaliada compreendeu: a ineficiência do planejamento urbano pela gestão pública municipal atua diretamente na qualidade socioambiental local. Isto posto, estabeleceu-se como objetivo geral analisar as condições de saneamento básico local, compreendendo os impactos socioambientais gerados na área em estudo. Além disso, visou compreender a atuação da gestão pública na condução de políticas de saneamento ambiental; verificar as condições socioambientais da população; identificar os principais problemas referentes ao saneamento básico enfrentados pela comunidade; e realizar uma oficina de educação ambiental com a comunidade.

Metodologia

Área de estudo

A área de estudo compreende o conjunto Santa Terezinha, bairro Novo Horizonte, no município de Lagarto (SE), com uma população de aproximadamente 1.800 habitantes. A área abriga um nicho social de baixo poder aquisitivo, além de ter uma localização periférica em relação ao centro da sede municipal, representada na Figura 1.

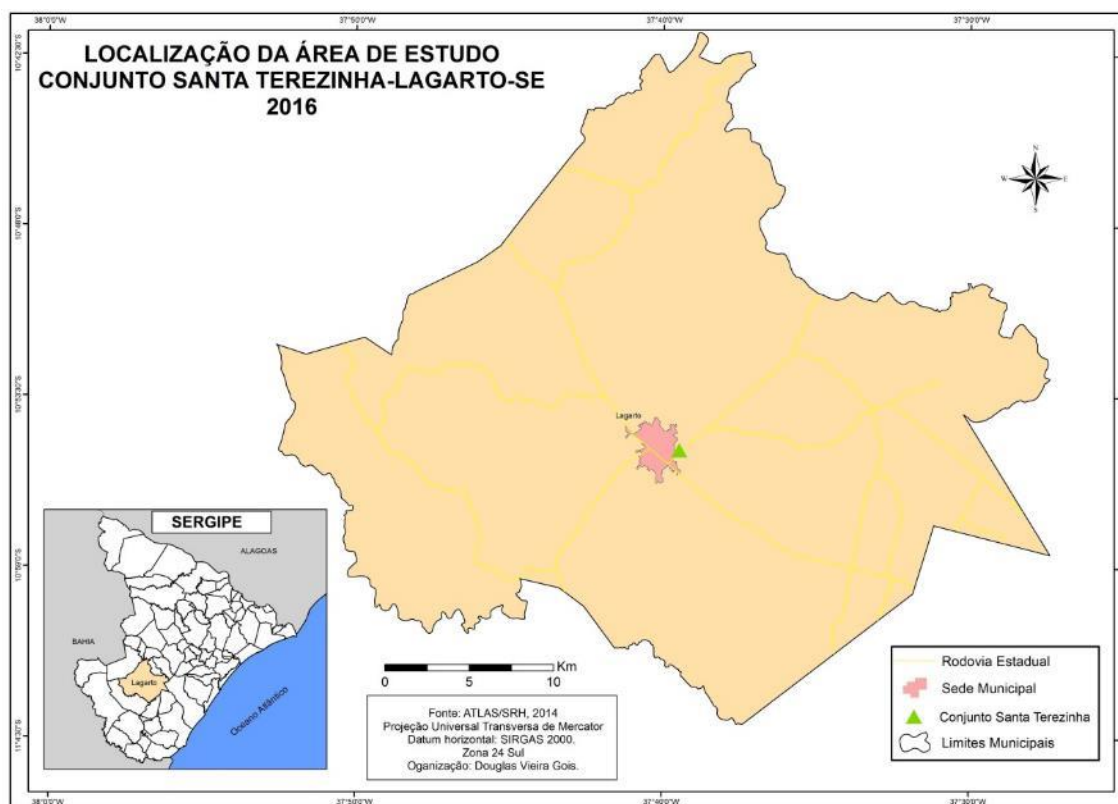


Figura 1: Localização Geográfica do conjunto habitacional Santa Terezinha.

Fonte: Atlas Digital Sobre Recursos Hídricos do Estado de Sergipe/SEPLAN/SRH-(2014).

Método da Pesquisa

A pesquisa está embasada no método hipotético-dedutivo que, conforme preconiza Gil (2010), baseia-se na busca pela compreensão de certas temáticas. Há a elaboração de hipóteses que suscitam em consequências que são posteriormente testadas, cabendo a negação ou afirmação destas. Apresentam validade provisória, levando em consideração que a condição de confirmação poderá ser refutada (LAKATOS; MARKONI, 2003).

Natureza da pesquisa

O respectivo trabalho possui uma natureza quantitativa, que enfatiza os dados estatísticos, logo, o caráter quantitativista da pesquisa envolve dados brutos, o qual segundo Moreira (2004, p.17) “[...] permitem verificar a ocorrência ou não das consequências, e daí então a aceitação (ainda que provisória) ou não das hipóteses”.

Entrevistas

Por meio da elaboração de roteiros de entrevistas semiestruturadas direcionadas à população do conjunto habitacional, objetivou-se um levantamento dos dados socioambientais, mediante a obtenção de informações sobre o perfil dos entrevistados, relativas ao saneamento básico, atividades econômicas, nível educacional, renda, aspectos de moradia, dados referentes ao esgotamento sanitário, atuação da gestão pública, dentre outros elementos.

Os aspectos éticos e confidenciais foram respeitados com a disponibilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Durante a aplicação das entrevistas, alguns registros se deram por meio de gravações, utilizando citações diretas dos participantes. Para a manutenção do sigilo de cada entrevistado que concedeu a gravação, a citação foi abreviada por E1 (Entrevistado 1). Ademais, visitas e observação *in loco* serviram de subsídio na compreensão dos fatos, bem como no registro e levantamento fotográfico da área em questão. O quadro 1 apresenta o Universo e o tamanho da amostra da pesquisa.

Quadro 1: Universo e tamanho da amostra da área de pesquisa

Amostra para análise das condições socioambientais de saneamento básico no conjunto Santa Terezinha, bairro Novo Horizonte, Lagarto (SE)			
<i>p' = proporção da característica observada nas amostras. Não tendo um pré-conhecimento desta proporção na população a ser investigada devemos trabalhar com um percentual de 50%, que fornece o maior segurança nos resultados da pesquisa. As proporções p' e q' são complementares e neste caso possuem o mesmo valor.</i>			
<i>Nível de confiança adotado na pesquisa. O mais utilizado é 95%, portanto a área da curva normal para a pesquisa é 1,96 em torno da proporção média de ocorrência a ser estimada para a população investigada.</i>			
<i>Erro amostral: representa o erro admitido pelo pesquisador na realização de pesquisas. O mais utilizado é o de 5%, podendo, no entanto utilizar um erro de até 10%.</i>			
Informações básicas para determinar o tamanho da amostra			
Quantidade de domicílios (N)		581	
(N - 1)		580	
Proporção de ocorrência (p')		0,50	
Proporção de não ocorrência (q')		0,50	
Nível de Confiança (NC)	95%	z	1,96
Erro Amostral (Er)		10%	0,10
Fórmula para: $n = (z^2 * p' * q' * N) / (((N - 1) * Er^2) + (z^2 * p' * q'))$		83	Domicílios

Fonte: Adaptada de Ribeiro, 2016.

Resultados e discussão

O entendimento dos aspectos socioambientais de uma determinada área é de relevância considerável no estudo de questões relacionadas ao saneamento básico. Com base nisto, a análise quantitativa dos dados oriundos da aplicação do roteiro de entrevistas com os moradores do conjunto habitacional Santa Terezinha, Lagarto (SE), propiciou o levantamento de informações referentes ao perfil socioambiental na área.

Aspectos sociais

A partir dos dados obtidos por meio da pesquisa de campo, a Tabela 1 apontou o quantitativo da população entrevistada de acordo com o sexo ao qual pertencem, contemplando 71% do sexo feminino e 29% do sexo masculino.

Tabela 1: Quantitativo dos entrevistados por sexo no conjunto habitacional Santa Terezinha.

Mulheres		Homens		Entrevistas	
TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
59	71%	24	29%	83	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2016). Elaborada pela autora.

Dentre os entrevistados, destaca-se o fato da maioria dos participantes ser do sexo feminino, fato que pode ser atribuído ao horário de realização das entrevistas: período matutino. Ressalta-se que a maior parte das mulheres tem sua ocupação direcionada às tarefas domésticas, enquanto que a maioria dos homens estavam ausentes, ocupados com outras atividades que envolvem o sustento da casa.

O grau de escolaridade da maior parte dos moradores abrange o nível fundamental incompleto, com 51%, e analfabetos que compreendem 39% da amostra, o que propicia chegar a um total de 90% de entrevistados que confirmam o baixo grau de instrução. Apenas 1% possui ensino médio completo, número que está relacionado à pequena parcela dos entrevistados com idade inferior a 25 anos (Gráfico 1).

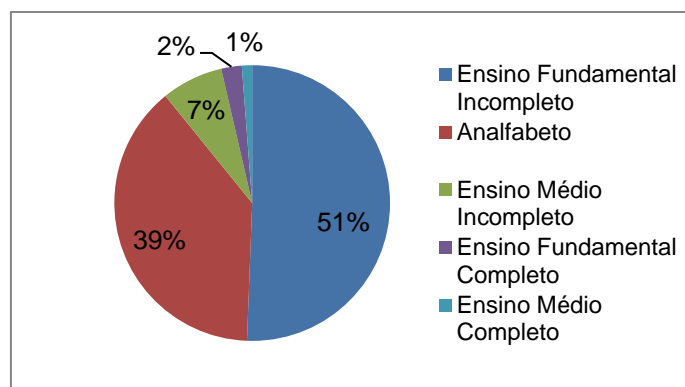


Gráfico 1: Nível de escolaridade da população.

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

O baixo grau de escolarização pode ser relacionado à ausência de criticidade sobre o espaço no qual estão inseridos, pois o acesso limitado à informação e aos meios de comunicação faz com que o grupo social não disponha de conhecimento e iniciativa na busca por melhorias, exigindo os direitos dos gestores que lhes representam. Resulta ainda na falta de visão política para a atuação efetiva sobre as necessidades da comunidade, extinguindo a capacidade de cidadania (CARVALHO, 2014).

As informações sobre o grau de instrução são relevantes para o entendimento das condições socioeconômicas. Conforme aponta Fontes (2016, p.70) “[...] *Este critério é importante pelo fato de situar a condição do indivíduo em ter ou não acesso aos bens e serviços. Logo, a relação escolarização/emprego estão associados, pois uma é condição favorável ao sucesso da outra*”.

Sobre a renda familiar, chama a atenção o fato de que quase a totalidade da população possui até 1 salário mínimo, 93% dos moradores; outros 7% declararam receber entre 1 e 2 salários mínimos (Gráfico 2), demonstrando que as condições econômicas da comunidade são desfavoráveis, fomentando para que as vulnerabilidades relacionadas ao ambiente podem ser intensificadas pela invisibilidade da condição social na qual estão expostos.

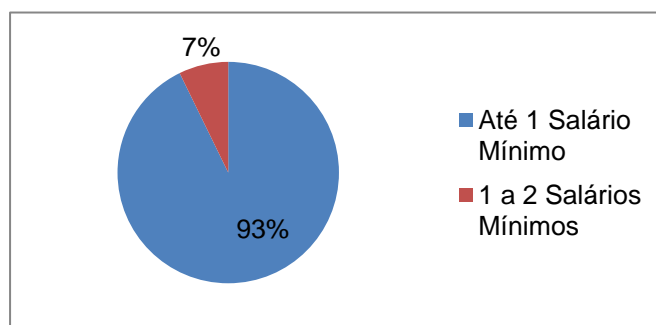


Gráfico 2: Renda mensal familiar.

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

A renda da população advém de distintas atividades, geralmente englobando mais de uma, pois os baixos rendimentos em cada uma não tende a ser suficientes para gerar o rendimento necessário ao sustento completo da casa (Gráfico 3).

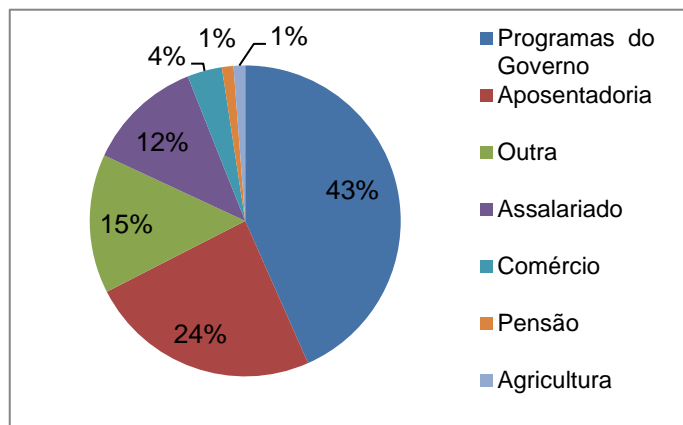


Gráfico 3: Fonte de renda da população.
Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Dos entrevistados, 43% recorrem aos programas sociais do governo, especialmente por meio do programa bolsa-família, principal fonte de renda; 24% são aposentados; outras formas de renda, 15% do total, com autônomos, revendedores de cosméticos, diaristas e pedreiros. Muitos afirmaram realizar mais de uma atividade simultânea, como essencial para complementar a renda.

Quanto às formas de organização social, 72% dos entrevistados não fazem parte de algum grupo. Enquanto apenas 28% pertencem à categoria, divididos entre igreja e sindicato (Gráfico 4).

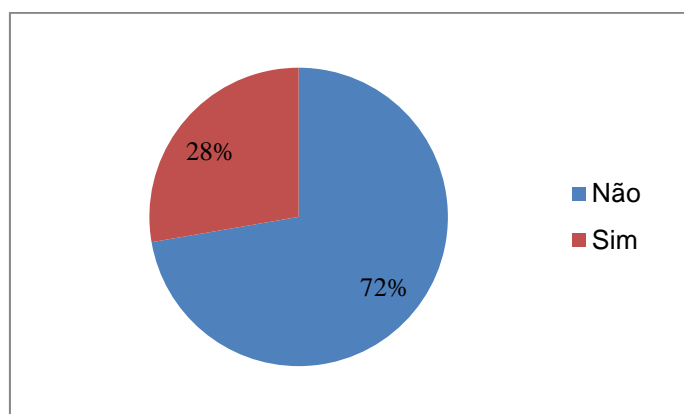


Gráfico 4: Participação em grupo social organizado.
Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Em relação à existência de uma associação de moradores, verificou-se que esta é inexistente. Para uma população já caracterizada pelo baixo grau de escolaridade, a efetivação de uma associação pode contribuir para a

organização mais efetiva através de discussões que busquem melhorias em prol da comunidade.

A satisfação dos entrevistados em residir no conjunto habitacional foi questionada. A partir daí foi possível verificar que 93% estão contentes com o local em que habitam, apesar das condições de saneamento inadequadas, especialmente pela alegação de laços familiares que gera um sentimento de pertencimento com o lugar. Apenas 7% estão insatisfeitos e atrelam esse fato à falta do sistema de saneamento básico e aos problemas oriundos disto, além de outras lacunas deixadas pela gestão pública com relação às políticas públicas que não são contempladas (Gráfico 5).

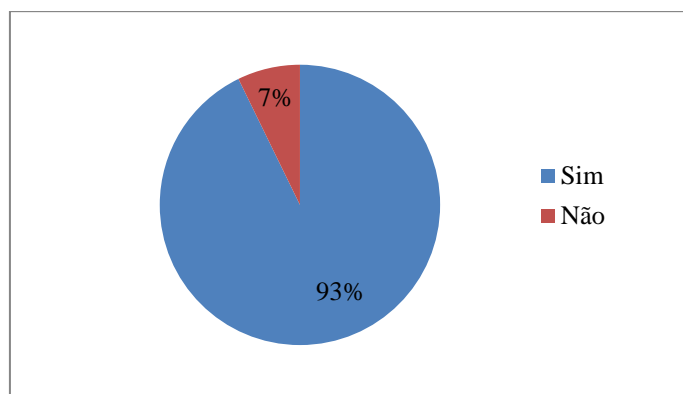


Gráfico 5: Satisfação dos entrevistados em morar no conjunto habitacional.

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Aspectos Ambientais

Assim como na maioria dos países em desenvolvimento, os municípios brasileiros evidenciam o déficit no acesso aos serviços de saneamento básico, especialmente no tocante à coleta e tratamento de esgotos. Esse problema ganha maior ênfase quando consideramos grupos sociais de baixo poder aquisitivo, pois esses serviços básicos são ainda mais raros quando se analisam as áreas periféricas (LEONETI; PRADO; OLIVEIRA, 2011).

Um dos questionamentos envolveu a existência de rios em meio à área de estudo. Segundo 57% dos residentes não há curso fluvial nas proximidades; 36% afirmaram a presença de rios, dentre os quais foram citados os rios Machado e Quatro Canos, que embora tenham seu curso perpassando o bairro vizinho, receberiam os impactos da área em estudo.

O lixo urbano também contribui para aumentar os problemas de saneamento, pois resíduos sem um fim apropriado podem ser despejados e misturados junto aos esgotos (Figura 2). Por isso, o descarte e tratamento eficaz são condições importantes. Sabe-se que em meio ao momento histórico ditado pelo consumismo, o crescimento do número de resíduos preocupa e atinge, principalmente, os locais que não dispõem de uma estrutura adequada na resolução dessas questões (MUCELLIN; BELLINI, 2008).



Figura 2: Esgoto correndo à céu aberto pelas ruas do conjunto habitacional.
Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Todo o conjunto habitacional dispõe de um sistema de coleta de lixo, realizado três vezes na semana (terça, quinta e sábado), cujo destino é o lixão municipal que recebe os resíduos da cidade de Lagarto, localizado no povoado Santo Antônio.

Os entrevistados foram convidados a responder se há problemas de inundação no período chuvoso, o que possibilitou verificar que 60% destes não convivem com o problema, enquanto que 40% enfrentam o empecilho, pois, dependendo da intensidade da chuva, as águas sobem nas calçadas e chegam a invadir a parte frontal das residências. Nesse ponto, apoiada pelos esgotos e lixo, que já fazem volume por si só (Gráfico 6).

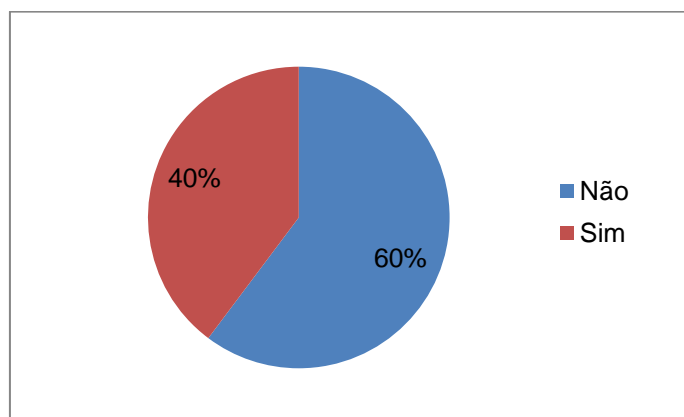


Gráfico 6: Problemas de inundação no período chuvoso.
Fonte: Pesquisa de campo (2016).

O saneamento básico compreende a união de ações que visam conservar o meio ambiente e que buscam prevenir a existência de anomalias,

por isso envolve os sistemas de abastecimento de água, drenagem de águas pluviais, limpeza urbana, esgotamento sanitário, entre outros (SOUSA; SOUSA e ALVARES, 2015).

Em relação à existência de um sistema de saneamento básico e o destino dado ao esgoto das residências, 100% dos entrevistados afirmaram que estes são despejados diretamente na rua, pois não existe um sistema de tratamento. Sobre a existência de fossa na residência, 84% afirmaram possuí-la, contra 16% que não dispõem em casa.

Quando questionados sobre a presença de mau cheiro proveniente dos esgotos (Gráfico 7), as opiniões divergiram, pois 36% afirmaram que o fato é frequente; 35% negaram o mau cheiro, e 29% disseram que o fato ocorre apenas em algumas ocasiões. É interessante salientar que no conjunto o odor ruim atinge com mais ênfase algumas ruas, especialmente as que não têm calçamento (Figura 3).

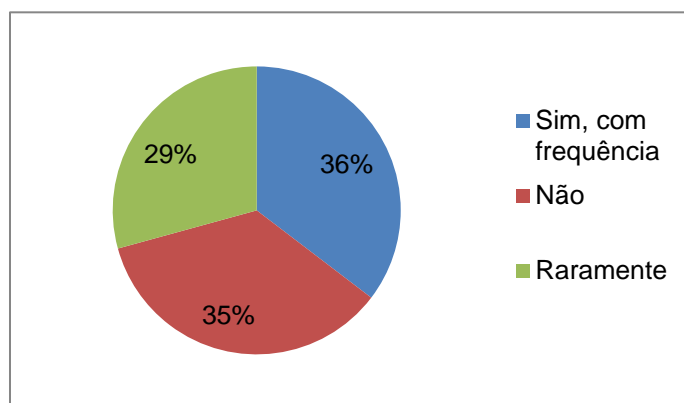


Gráfico 7: Existência de mau cheiro oriundo dos esgotos.
Fonte: Pesquisa de campo (2016).



Figura 3: Esgoto corre à céu aberto pelas ruas sem calçamento.
Fonte: Pesquisa de campo (2016).

O investimento em saneamento básico e o tratamento do esgoto sanitário, através das estações, são essenciais para promover a estabilização de determinada carga poluidora. A água, após passar por um processo de autodepuração, torna-se apta para diversos fins, podendo ser utilizada para diversos usos, como paisagísticos, na construção civil e na irrigação (LEONETI; PRADO; OLIVEIRA, 2011; FONTES, 2016).

Para 66% da população, a falta de um sistema de saneamento básico influencia no surgimento de doenças de veiculação hídrica; 25% não consideram o fato como determinante; e 9% não souberam opinar. Dos entrevistados, metade destes já teve algum tipo de doença e relacionaram o fato à ausência da rede de esgoto e tratamento dos resíduos, especialmente pelo registro de anomalias como Dengue, Zika e Chikungunha, oriundos da exposição do esgoto parado, o que contribui diretamente para a proliferação de insetos, conforme mostra a Figura 4.



Figura 4: Proliferação de insetos nas ruas.
Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Os principais problemas oriundos da ausência de saneamento básico listados pelos moradores foram representados na Tabela 2, e alguns são exemplificados por meio das Figuras 5 e 6:

Tabela 2: Principais problemas oriundos da ausência de saneamento básico.

Problemas	Número de ocorrências	Total %
Esgoto à céu aberto	27	32%
Doenças	25	30%
Mau cheiro	23	27%
Ruas sem asfalto	3	7%
Acúmulo de vegetação junto aos esgotos	3	4%
Total	83	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.



Figura 5: Esgoto mistura-se com vegetação em meio às ruas.

Fonte: Pesquisa de campo (2016).



Figura 6: Esgoto nas ruas do conjunto habitacional.

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Quando indagados se a ausência de saneamento básico influencia na qualidade de vida, 84% reconheceram a interferência no bem estar social; 15% dos entrevistados negaram e 1% não soube responder (Gráfico 8). Notou-se que a proximidade do esgoto que passa em frente às residências contribui para a proliferação de insetos e outros animais, além do aspecto desagradável que causa fatores que influenciam diretamente na qualidade de vida dos moradores.

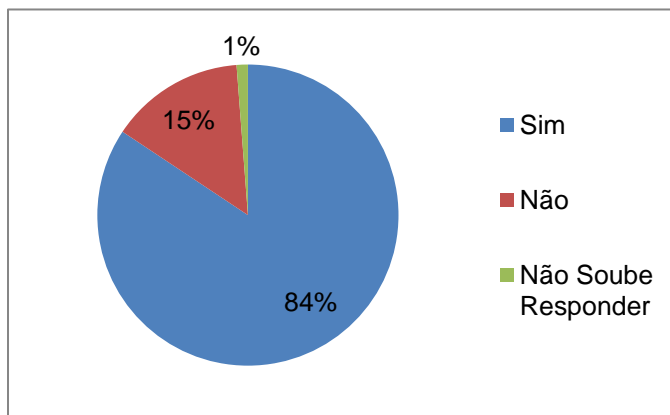


Gráfico 8: Influência da ausência de saneamento básico na qualidade de vida.

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Os locais do conjunto habitacional que dispõem de estrutura (saneamento básico, educação, saúde), tendem a ter os preços mais elevados. Essas condições supracitadas interferem na valorização do imóvel, de acordo com 86% da população; para 8% não exerce influência; e 6% não souberam responder.

Na perspectiva do contexto socioambiental identificado na comunidade, trabalhar a Educação Ambiental com os moradores não corresponde apenas a utilizar um instrumento para resolução de enigmas ou de gestão ambiental, mas, sobretudo, ao âmbito que envolve uma gama de influências pautadas na base do desenvolvimento pessoal e coletivo: a da relação entre homem e meio (FONTES, 2016). Segundo Sauv  (2009, p. 317) *“A educação ambiental visa a induzir dinâmicas sociais, de início na comunidade local e, posteriormente, em redes mais amplas de solidariedade, promovendo a abordagem colaborativa e crítica das realidades socioambientais”*.

Quando questionados sobre o conhecimento acerca do tema, evidenciou-se que 80% não têm conhecimento a respeito do assunto, em detrimento de 20%, que alegaram conhecer. Portanto, a falta de conhecimento da comunidade sobre a temática é diretamente proporcional   condição do saneamento ambiental da área, pois o grupo social não dispõe de conhecimento básico para o entendimento das ações que a EA compreende e as tomadas de decisão que são possíveis por meio dela.

A fala de um morador (E1) (Figura 7), que alegou conhecer o assunto, associa a EA ao ato de “não jogar lixo na rua, não desperdiçar água, não tirar as árvores das beiradas dos rios”.



Figura 7: Entrevistado (E1) durante a entrevista.
Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Foi perguntado sobre a atuação da prefeitura municipal, questionando se a mesma propicia ações para a implementação de um sistema de

saneamento básico, onde, segundo os moradores, 77% afirmaram que não existe nenhum tipo de medida oriunda do poder público, inclusive reclamando do descaso e da falta de políticas públicas; 13% afirmaram que a atuação é ruim; 6% classificaram como razoável e apenas 4% confirmaram a atuação efetiva da gestão municipal, embora não citaram ações que comprovam essa atuação (Gráfico 9).

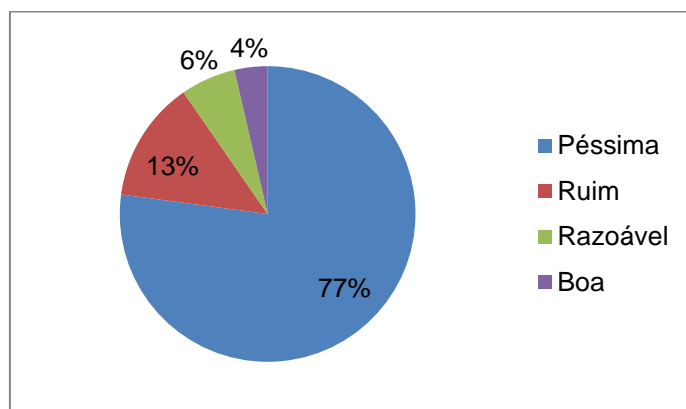


Gráfico 9: Avaliação da atuação da prefeitura municipal.
Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Ações de Educação Ambiental

Como forma de apresentar um retorno das análises à população da área em estudo, foi realizada uma oficina de Educação Ambiental. Por meio desta, foi possível apresentar alguns conceitos ambientais básicos, mas que não eram de conhecimento da população, evidenciado através da porcentagem no questionamento sobre o entendimento da EA entre os moradores da área, entendida por apenas 20% do total. Além de definições de cunho ambiental (meio ambiente, recursos hídricos, mata ciliar), com explicações claras e simples na explanação da temática.

Outra etapa da intervenção correspondeu à demonstração de parte dos resultados encontrados na pesquisa, como a apresentação dos principais problemas oriundos da ausência de saneamento básico, o que suscitou discussões entre os participantes sobre doenças de veiculação hídrica e no reconhecimento da população pela importância de um sistema de saneamento como medida mitigadora do problema; aspectos como mau cheiro e influência na qualidade de vida também foram expostos.

Cabe destacar que a ação só foi possível por meio da mobilização e participação de membros da coordenação da Pastoral da Criança que atuam em ações de distribuição de alimentos, controle da natalidade e peso do público infantil. Por ter boa representatividade local, foi a melhor forma de atrair os participantes que mesmo assim formaram um público pouco expressivo, pois a parte majoritária da população do conjunto habitacional não demonstrou

interesse significativo quanto à resolução das questões, quando apresentada a possibilidade de realização da oficina (Figuras 8 e 9).



Figuras 8 e 9: População durante a ação de EA.

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Ao final, foi apresentada a importância da organização e mobilização social como forma de atuação diante da gestão pública municipal, a fim de exigir direitos e cobrar políticas públicas para a comunidade, necessidade claramente reconhecida pela população da área compreendida pelo estudo.

Conclusões

As cidades brasileiras convivem com graves problemas estruturais e as transformações no espaço urbano estão longe de serem acompanhadas por uma infraestrutura básica que lhes possibilite a satisfação das necessidades essenciais, oportunidades de emprego, incentivo à educação e oferta ao lazer. Esse é o caso da área de estudo, o conjunto Santa Terezinha, em Lagarto-SE, que mostrou o planejamento ineficiente por parte dos gestores públicos, bem como a ausência de uma sensibilização ambiental inerente a cada indivíduo, fatores que contribuem para explicar as condições precárias de saneamento básico e a gama de riscos que emergem do problema.

Em suma, as realidades sociais onde falta planejamento urbano têm suas bases deficientes refletidas na qualidade de vida local, que repercute na vulnerabilidade social e ambiental, e deixa o espaço suscetível às influências externas. Reconhece-se que a gestão pública municipal tem forte influência no modo como conduz ações para a implantação de um sistema de saneamento básico, seja como órgão atuante, ou como mero espectador. Políticas públicas voltadas à melhoria das condições de saneamento básico das comunidades são instrumentos que funcionam como ações mitigadoras das doenças de veiculação hídrica.

Como etapa fundamental para a efetivação deste estudo, a gestão municipal foi consultada sobre a implementação de um sistema de saneamento básico na área em questão. Conforme foi dito, apenas 2% de toda a cidade de Lagarto, que possui 136 anos de existência, dispõem destes serviços. Porém, de acordo com o salientado pelo gestor, “há um projeto a ser implantado que irá abarcar toda a sede municipal. O conjunto Santa Terezinha será um dos últimos, pois começaremos pelos bairros próximos a UFS”.

É importante salientar a eminência de um período eleitoral, momento caracterizado pelo surgimento de diversos projetos de âmbito público, e que muitas vezes são apenas de cunho eleitoreiro, pois, de maneira efetiva, não chegam a ser realizados.

Referências

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 25 jan. 2016.
- CARVALHO, M.E.S. **Um olhar geográfico sobre as águas no Vaza Barris sergipano**. São Cristóvão: EDUFS, 2014.
- FONTES, A.R. Análise socioambiental da microbacia do rio Caiçá no perímetro urbano de Simão Dias-SE. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). São Cristóvão-SE, 2016.
- GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.
- LAKATOS, E. M.; MARKONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.
- LEONETI, A.B.; PRADO, E.L.; OLIVEIRA, S.V.W.B. Saneamento básico no Brasil: considerações sobre investimentos e sustentabilidade para o século XXI. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n.2, p.331-348, mar./abr. 2011.
- MOREIRA, D.A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.
- MUCELLIN, CA.; BELLINI, M. Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20, n.1, p.111-124, jun. 2008.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS. **Progress and sanitation and drinking-water: update 2010**. Disponível em: <http://www.unicef.org/media/files/JMPReport2010.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2016.
- REIGOTA, M.A. . Cidadania e educação ambiental. **Psicologia & Sociedade**, v.20, p. 61-69, 2008.

RIBEIRO, S.O. **Elaboração do cálculo de amostra da pesquisa**. São Cristóvão: UFS, 2016.

SAUVÉ, L. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 317-322, maio/ago. 2005.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; JUNIOR FERRARO, L.A. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005.

SOUSA, C.D.S.S.; SOUSA, S.C.S.; ALVARES, A.M. Diretrizes normativas para o saneamento básico no Brasil. **Caderno de Geografia**, v.25, n.43, p.102-115, 2015.

TREVISOL, J.V. **A educação ambiental em uma sociedade de risco: tarefas e desafios na construção da sustentabilidade**. Joaçaba: UNOESC, 2003.